

Manual de Arbitragem

2021

Ana Flávia Messa

Armando Luiz Rovai



MANUAL DE ARBITRAGEM

© Almedina, 2021

AUTORES: Ana Flavia Messa e Armando Luiz Rovai

DIRETOR ALMEDINA BRASIL: Rodrigo Mentz

EDITORA JURÍDICA: Manuella Santos de Castro

EDITOR DE DESENVOLVIMENTO: Aurélio Cesar Nogueira

ASSISTENTES EDITORIAIS: Isabela Leite e Larissa Nogueira

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 9786556272726

Agosto, 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

<p>Messa, Ana Flavia Manual de arbitragem / Ana Flavia Messa, Armando Luiz Rovai. – 1. ed. – São Paulo : Almedina, 2021.</p> <p>ISBN 978-65-5627-272-6</p> <p>I. Arbitragem (Direito) - Brasil I. Rovai, Armando Luiz. II. Título.</p> <p>21-67896 CDU-347.918(81)(094)</p>
--

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Arbitragem : Leis : Direito civil 347.918(81)(094)

Aline Grazielle Benitez – Bibliotecária – CRB-1/3129

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

SUMÁRIO

Prefácio	11
Apresentação	13
CAPÍTULO 1 – CONFLITOS E SOCIEDADE POLÍTICA	
1. Sociedade	21
2. Convivência social	24
3. Dilemas da sociedade contemporânea	29
4. Conflitos na sociedade	34
5. Sociedade, conflitos e segurança	40
CAPÍTULO 2 – RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	
1. Controle social	45
2. Solução de conflitos e sua evolução histórica	49
3. Resolução de conflitos: um objetivo	53
4. Acesso à justiça	56
5. Cultura da sentença e cultura da pacificação	59
6. Sistema multiportas de solução dos conflitos	60
CAPÍTULO 3 – MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	
1. Mudança paradigmática na resolução dos conflitos	63
2. Resolução alternativa de conflitos	67
3. Espécies	71
3.1. <i>Meios jurisdicionais e não jurisdicionais</i>	71
3.2. <i>Quanto à decisão impositiva</i>	72
3.3. <i>Intervenção de terceiro</i>	72
3.4. <i>Autocomposição e heterocomposição</i>	73

MANUAL DE ARBITRAGEM

CAPÍTULO 4 – NOÇÕES GERAIS DE ARBITRAGEM

1. Conceito de arbitragem	77
2. Natureza jurídica da arbitragem	86
3. Identificação da arbitragem	92
4. Fundamentos da arbitragem	92
4.1. <i>Fundamento estrutural: crise do poder judiciário</i>	93
4.2. <i>Fundamento finalístico: pacificação dos conflitos sociais</i>	95
4.3. <i>Fundamento jurídico: direito de acesso à ordem jurídica justa</i>	97
4.4. <i>Fundamento sociológico: pós-modernidade</i>	101
5. Características da arbitragem	104
5.1. <i>Método alternativo de resolução de controvérsias</i>	104
5.2. <i>Método antigo de solução de litígios</i>	105
5.3. <i>Método heterocompositivo de solução dos conflitos</i>	106
5.4. <i>Método privado de solução dos litígios</i>	108
5.5. <i>Modo extrajudicial de solução de conflitos</i>	108
5.6. <i>Meio convencional de solução de litígios</i>	108
6. Espécies de arbitragem	109
6.1. <i>Arbitragem institucional ou administrada</i>	109
6.2. <i>Arbitragem ad hoc</i>	110
6.3. <i>Arbitragem obrigatória e facultativa</i>	111
6.4. <i>Arbitragem objetiva e subjetiva</i>	111
6.5. <i>Arbitragem ordinária e expedita ou sumária</i>	112
6.6. <i>Arbitragem online</i>	112
7. A arbitragem na administração pública brasileira	116

CAPÍTULO 5 – ELEMENTOS DA ARBITRAGEM

1. Elemento subjetivo: sujeitos da arbitragem	131
2. Elemento objetivo da arbitragem: solução arbitral	132
2.1. <i>Critérios da solução arbitral</i>	132
2.2. <i>Força jurídica da solução arbitral</i>	132
3. Elemento formal da arbitragem: convenção de arbitragem	134
3.1. <i>Cláusula arbitral</i>	136
3.2. <i>Compromisso arbitral</i>	140
4. Elemento material da arbitragem: objeto e caráter da arbitragem	142
4.1. <i>Objeto da arbitragem</i>	142
4.2. <i>Caráter da arbitragem</i>	142

CAPÍTULO 6 – A FIGURA DO ÁRBITRO

1. Capacidade civil do árbitro	144
2. Competência do árbitro	144
3. A livre escolha do árbitro pelas partes	145
4. Número de árbitros	147
5. Poderes dos árbitros	147
6. Exclusão do árbitro impedido ou suspeito	148

CAPÍTULO 7 – PRINCÍPIOS INFORMADORES DA ARBITRAGEM

1. Dos princípios jurídicos	151
1.1. <i>Contexto pós-positivista</i>	151
1.2. <i>Força normativa</i>	152
2. Dos princípios em espécie	154
2.1. <i>Princípio da confidencialidade</i>	154
2.2. <i>Princípio da especialidade</i>	155
2.3. <i>Princípio da informalidade</i>	156
2.4. <i>Princípio da legalidade</i>	156
2.5. <i>Princípio do consenso</i>	156
2.6. <i>Princípio da autonomia de vontade</i>	157
2.7. <i>Princípios relacionados ao árbitro</i>	157

CAPÍTULO 8 – PROCEDIMENTO ARBITRAL

1. Conceito de procedimento	161
2. Tipo de procedimento	161
3. Validade do procedimento arbitral	162
4. Fases do procedimento arbitral	162
5. Aplicação do código de processo civil ao procedimento arbitral	164
6. Questão processual na arbitragem	166
7. Constituição federal e o procedimento arbitral	166
8. Procedimento arbitral garantista	168
9. Princípios do procedimento arbitral	170
10. Participação de especialistas no procedimento arbitral	172
11. Instituição da arbitragem	172
12. Início do procedimento arbitral	173
13. Pedido de instituição da arbitragem	176
14. Escolha do árbitro	178

MANUAL DE ARBITRAGEM

15. Impugnação do árbitro.....	181
16. Termo de arbitragem	181
17. Conciliação no contexto da arbitragem	183
18. Provas no procedimento arbitral	184
19. Audiências no procedimento arbitral.....	187

CAPÍTULO 9 – SENTENÇA ARBITRAL

1. Conceito de sentença arbitral.....	189
2. Requisitos da sentença arbitral	189
3. Características da sentença arbitral.....	190
4. Efeitos da sentença arbitral.....	193
5. Intimação da sentença arbitral	195
6. Espécies de sentença arbitral	196
7. Sentença arbitral e coisa julgada	197
8. Embargo arbitral ou pedido de esclarecimentos	197
9. Anulação da sentença arbitral.....	208
10. Execução da sentença arbitral	213

CAPÍTULO 10 – PODER JUDICIÁRIO E ARBITRAGEM

1. Separação de Poderes: Poder Judiciário	217
2. Função jurisdicional	218
3. Jurisdição.....	219
4. Relação entre juízo arbitral e juízo estatal.....	220
5. Interações entre Poder Judiciário e arbitragem	221
5.1. <i>Carta arbitral</i>	221
5.2. <i>Medidas de urgência</i>	229

CAPÍTULO 11 – CONFLITOS E ARBITRAGEM

1. Fenômeno dos conflitos humanos.....	231
2. Conflitos na arbitragem	234
3. Arbitragem nos contratos	235
4. Arbitragem no Direito do Consumidor	239
4.1. <i>Admissibilidade da arbitragem</i>	239
4.2. <i>Relação jurídica de consumo</i>	241
4.3. <i>Regulamentação jurídica</i>	241
4.4. <i>Vantagens da arbitragem nos conflitos consumeristas</i>	242

5. Arbitragem no Direito societário.....	243
6. Arbitragem em outros setores da economia	246

CAPÍTULO 12 – ASPECTOS PRÁTICOS DO PROCESSO ARBITRAL

1. Decisão arbitral é documento público?	261
2. Sentença arbitral precisa ser registrada em cartório?	261
3. O que acontece se houver acordo no curso da arbitragem?.....	261
4. Por que a arbitragem é método alternativo de solução de conflitos?.....	262
5. As decisões tomadas pelo árbitro ou tribunal arbitral tem o mesmo efeito de uma sentença judicial?	262
6. A presença do advogado é obrigatória no procedimento arbitral?	262
7. A sentença arbitral pode ser anulada no Poder Judiciário?	262
8. O que deve ser feito se uma das partes não cumpre a sentença arbitral? ...	263
9. Cabe recurso da sentença arbitral?	263
10. Qual a relação entre ética e arbitragem?	263